

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.237, DE 2001. (MENSAGEM Nº 24/01)**

“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.”

**Autor:** Comissão de Ciência e Tecnologia,

Comunicação e Informática

**Relator:** Deputado FERNANDO GONÇALVES

### **I - RELATÓRIO**

A proposição em epígrafe aprova “o ato constante do Decreto de 21 de dezembro de 2000, que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de junho de 1995, sem direito à exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás”.

Na Exposição de Motivos que acompanha o ato, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações aponta que o presente pedido foi analisado pelos órgãos técnicos daquele Ministério e considerado de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, tendo a entidade demonstrado possuir as qualificações necessárias à renovação da concessão.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, apreciando a matéria, aprovou o parecer favorável do Relator, Deputado José Rocha, à TVR n.º 656/01, nos termos do presente Projeto de Decreto Legislativo.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em exame.

Verifica-se que foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à matéria, visto que é da competência da União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cabendo ao Poder Executivo outorgar tais autorizações, concessões e permissões, nos termos dos arts. 21, XII, e 223, *caput*, da Constituição Federal. Foram igualmente atendidas as normas constitucionais de natureza material, expressas nos arts. 220 a 224 da Carta de 1988.

Outrossim, é da competência exclusiva do Congresso Nacional apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, nos termos do art. 49, XII, da Constituição Federal. Cumpre ressaltar que tais atos somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme dispõe o § 3º do art. 223 do mesmo diploma.

Nada havendo a opor quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1.237, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputado FERNANDO GONÇALVES  
Relator